



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005771-68.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Embargos de Terceiro - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**
 Embargante: **João Victor Mendes Giangrossi**
 Embargado: **Credicard S/A Administradora de Cartões de Crédito**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

JOÃO VICTOR MENDES GIANGROSSI, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Embargos de Terceiro em face de Credicard S/A Administradora de Cartões de Crédito, alegando que nos autos da execução de título judicial movida pela embargada contra *Armando Crestana Tolentino*, teria sido penhorada uma motocicleta *Suzuki Bandit 1200 S* que, embora registrada em nome do executado, teria sido adquirida, por ele, embargante em 07/05/2013, ao tempo em que ainda não havia bloqueio judicial anotado junto ao registro de propriedade do bem, o que só veio a ocorrer em 31/10/2013, e tanto assim que em 17/02/2014 transferiu o registro de propriedade para o seu nome ao financiar a motocicleta junto ao *Banco Cifra*, atual proprietário fiduciário do veículo, sendo que somente ao tentar o licenciamento em 04/05/2015 é que tomou conhecimento do bloqueio, ficando evidente se tratar de adquirente de boa fé, nos termos da Súmula 375 do STJ, inclusive porque não adquiriu a moto diretamente do executado e sim de um terceiro de nome *Noriberto Pereira Júnior*, à vista do que requereu o acolhimento dos embargos para o desbloqueio da restrição judicial.

Deferida a liminar para suspensão da execução em relação ao bem mediante caução, não houve prestação desta garantia pelo embargante.

A embargada não contestou o pedido, à vista do que o embargante reiterou seus pedidos.

O feito foi instruído com prova documental.

É o relatório.

Decido.

Conforme já indicado no saneador, embora o documento de propriedade da motocicleta acostado às fls. 41 esteja mesmo em nome de *Noriberto Pereira Júnior*, sobre o ato da compra da motocicleta pelo embargante, ocorrida em 17/01/2014 conforme documentos de fls. 42/43, pesava a presunção de fraude à execução, porquanto o registro da penhora tivesse sido determinado pelo ofício de fls. 39, datado de 31/10/2013, ou seja, meses antes da compra da motocicleta.

A certidão do Ciretran, entretanto, deixou claro que o registro efetivo da penhora ocorreu somente em 06 de março de 2014, ou seja, quando a motocicleta já havia sido comprada pelo embargante.

A demora no registro da construção decorre de culpa do credor, ora embargado, que deve, portanto, arcar com as consequências do fato.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A compra pelo autor, como dito na inicial, se deu de boa-fé, de modo que é de rigor o acolhimento dos embargos para que, desconstituída a penhora, seja-lhe garantida a posse e a propriedade do bem.

Neste sentido: *“Hipótese em que a fraude à execução não se projeta no negócio havido entre os embargantes e os terceiros. Princípio da boa-fé que deve prevalecer. Os embargantes não foram cientificados por qualquer meio da existência de ação contra o devedor. Adotaram as cautelas de obtenção de certidões dos vendedores. A tanto não estavam obrigados em relação aos antigos proprietários”* (cf. Ap. nº 9177096-78.2002.8.26.0000 – TJSP - 20/04/2004¹).

Os embargos são, portanto, procedentes, cumprindo ao embargado arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado.

Isto posto JULGO PROCEDENTES os presentes embargos para determinar a desconstituição da penhora da motocicleta *Suzuki Bandit 1200 S* ano/modelo 2007/2008, chassi nº 9CDGV75AS8M000546, devendo ser lavrado o devido termo nos autos em apenso, e em consequência CONDENO o embargado ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, na forma e condições acima.

P. R. I.

São Carlos, 20 de janeiro de 2016.

VILSON PALARO JÚNIOR

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

¹ www.esaj.tjsp.jus.br.